



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Assim como no ano anterior, o ano de 2015 mostrou-se bastante desafiador. A permanência do nível das chuvas abaixo da média histórica, no Brasil, exigiu o acionamento quase integral das usinas termelétricas, elevando de maneira significativa o custo de aquisição de energia elétrica para todas as distribuidoras. Para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das empresas, a ANEEL autorizou Revisão Tarifária Extraordinária e a implantação das Bandeiras Tarifárias, levando a um forte aumento na tarifa de energia elétrica percebida pelos clientes.

Com o agravamento da recessão econômica e pressão inflacionária, os clientes tiveram mais dificuldade para pagar sua conta de energia elétrica e os níveis de inadimplência apresentaram elevação ao longo do ano, pressionando o caixa da empresa.

Neste contexto, continuamos na estratégia de realização de ações prioritárias voltadas para proteção do caixa, otimização da base de custos, manutenção da qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes e medidas de combate às perdas de energia.

Mercado

A base de clientes foi incrementada em 3,5% comparado a 2014, que representou 50 mil novos clientes conectados à rede da companhia. O acréscimo neste período concentrou-se na classe residencial (+3,7%) e na classe rural (+4,0%).

O volume total de energia distribuída na área de concessão da EDP Escelsa em 2015 foi de 11.091 GWh, o que representou um acréscimo de 0,9% em relação ao ano de 2014, com destaque para a classe industrial cativo que apresentou uma queda de 8,9%.

Taríficas e Resultados Financeiros

A situação de desequilíbrio nas distribuidoras levou a ANEEL a autorizar uma Revisão Tarifária Extraordinária no mês de fevereiro, que na EDP Escelsa correspondeu a um aumento médio de 26,8%, além da implantação das Bandeiras Tarifárias.

Em agosto, a empresa passou pelo Reajuste Tarifário Anual, na qual a ANEEL aprovou um aumento com efeito médio ao consumidor de 2,04%.

A receita operacional líquida totalizou R\$ 2.789 milhões, sendo 23% superior à de 2014. A margem bruta reduziu 8%, devido a elevação dos custos não gerenciáveis em 38%, refletindo a alta dos preços de aquisição de energia. O EBITDA totalizou R\$ 368 milhões e o lucro líquido R\$ 127 milhões, redução de 15% e 30%, respectivamente, quando comparados a 2014.

Investimentos e melhorias em subestações

Tendo em vista o compromisso com a qualidade dos serviços e o atendimento ao cliente, a EDP Escelsa manteve os investimentos em melhorias estruturantes, ainda que 2015 tenha sido marcado por crise econômica no Brasil. Os investimentos líquidos totalizaram R\$ 179 milhões.

Os recursos foram utilizados para expansão, modernização e manutenção do sistema elétrico, para atendimento ao crescimento da base de clientes, combate às perdas, melhoria da qualidade e segurança na distribuição de energia.

Resultados Operacionais

O DEC (Duração Equivalente de Interrupção) ficou em 9,07 horas, e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção) foi de 5,08 vezes, redução de 1,30 horas e 1,36 vezes em relação a 2014 e dentro dos limites estabelecidos pela Aneel para 2015, de 10,17 horas para o DEC e de 7,85 vezes para o FEC.

As perdas totais apresentaram redução de 0,18 p.p. sobre o montante de 2014, finalizando o ano de 2015 em 13,50%, com destaque para a redução das perdas não técnicas na baixa tensão, que apresentaram redução de 2,98 p.p. em relação ao ano anterior, encerrando o ano com 14,89%. A melhoria deste indicador se deve ao consistente plano de combate às perdas, com iniciativas de regularização de ligações clandestinas, substituição de medidores, inspeções para detecção de fraudes e elevação do nível de telemedicação.

Agradecimentos

Pelas questões citadas anteriormente, o cliente foi fortemente impactado pelo aumento das tarifas, agradecemos a sua compreensão. Em 2016, reforçaremos nossos investimentos na segurança de nossos colaboradores e clientes, na qualidade dos serviços prestados, com foco na excelência operacional e aumento da eficiência, de forma a "Usar a nossa energia para cuidar sempre melhor".

 Michel Nunes Itkes Diretor Presidente da EDP Escelsa
 A COMPANHIA A EDP Escelsa, empresa de capital aberto, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo e controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de abril de 2005. A EDP Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 Km2, aproximadamente 90% do Estado e a 94% da população total, o que corresponde a 3,3 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2015 foi intenso para o Espírito Santo. Crises hídrica, instabilidade econômica nacional e, possivelmente, o maior acidente ambiental da história do país (cuos impactos ainda são incertos) foram alguns dos desafios enfrentados pelos capixabas.

No entanto, nos nove primeiros meses de 2015, dados do IJSN⁽¹⁾, o PIB estadual avançou 1,8% em relação ao mesmo período de 2014. Resultado superior se comparado ao desempenho nacional que foi de retração (-3,2%).

Segundo o IBGE⁽²⁾, em 2015, a indústria capixaba avançou 4,4% frente a igual período do ano anterior. O principal impacto positivo veio de indústrias extrativas (6,4%), impulsionada, em parte, pelos itens minérios de ferro e óleos brutos do petróleo. Este setor reflete os impactos da maturação de investimentos. Em sentido oposto, os setores de produtos alimentícios (-6,6%) e de produtos de minerais não-metálicos (-2,6%) exerceram as principais influências negativas sobre o total da indústria, pressionados, pela desaceleração da economia no âmbito nacional.

Se a indústria demonstra fôlego, o consumo arrefeceu. No ano de 2015, segundo dados do IBGE⁽³⁾, o volume de venda no comércio varejista recuou 7,6%, com dez das onze atividades acompanhadas apresentando queda. Destaca-se a retração de 3,2% na atividade de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.

Outro setor da economia que desacelerou foi o agropecuário. Dados do INCAPER/IBGE⁽⁴⁾, estimam que a produção agrícola em 2015 terá perda de 14,9% na comparação com o ano anterior, em função da estiagem que prejudicou a produtividade de importantes culturas no Estado.

O mercado de trabalho sentiu esse ambiente instável. De acordo com o CAGED⁽⁵⁾, no ano de 2015, o saldo de postos de trabalho formais decresceu de 5,63%, -45 mil postos, o setor com maior contribuição negativa foi o de Serviços com redução de -15.616.

(1) Fonte: IJSN - Indicador Trimestral de PIB do Espírito Santo. 3º Trimestre de 2015.

(2) Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal Produção Física - Regional. Dezembro de 2015

(3) Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio. Dezembro de 2015.

(4) Fonte: INCAPER - Boletim de Conjuntura Agropecuária Capixaba. Outubro - Dezembro de 2015.

(5) Fonte: CAGED/MT - Dezembro de 2015.

AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

Alterações Regulatórias

Em janeiro de 2015 entrou em vigor o Sistema de Bandeiras Tarifárias. Este sistema sinaliza aos consumidores os custos reais da produção de energia elétrica, sendo composto por três bandeiras: verde, amarela e vermelha. A bandeira verde indica que o custo de produção de energia está mais baixo, não sendo aplicada nenhuma modificação nas tarifas de energia. As bandeiras amarela e vermelha representam o aumento de custo de produção de energia, sendo aplicado um valor adicional à tarifa de energia. Apenas os consumidores classificados na subclasse residencial e os que usam a energia elétrica em atividades de irrigação possuem desconto sobre o adicional aplicado pelas bandeiras amarela e vermelha. Mensalmente, as condições de operação do sistema são reavaliadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define a melhor estratégia de geração de energia face à procura.

Em fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), pelo Decreto nº 8.401. As distribuidoras devem recolher os recursos provenientes da aplicação do sistema das bandeiras tarifárias diretamente para essa conta, gerida pela CCEE. Os recursos são alocados para a cobertura de custos que não estão previstos na tarifa das distribuidoras, tais como: Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, despacho térmico, risco hidrológico de Itaipu e de quotas, exposição ao mercado de curto prazo e excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. A ANEEL homologa mensalmente as transferências para as distribuidoras. Os eventuais custos não cobertos pela receita serão considerados no processo tarifário subsequente.

Em 27 de Fevereiro de 2015, através da Resolução Homologatória nº 1.859, a ANEEL estabeleceu os critérios vigentes a partir de março de 2015 para o adicional de tarifa e o funcionamento do Sistema de Bandeiras Tarifárias:

- a) Bandeira Verde: utilizada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário - CVU da última central a ser despachada fosse inferior ao valor de 200 R\$/MWh;
- b) Bandeira Amarela: utilizada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário - CVU da última central a ser despachada fosse igual ou superior a 200 R\$/MWh e inferior ao valor máximo do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, de 388,48 R\$/MWh em 2015. Para o período de 1 de janeiro até 1 de março de 2015, o acréscimo proporcional ao consumo ascende a 1,5 R\$ por 100 kWh. A partir de 2 de março de 2015, o acréscimo proporcional ao consumo ascende de 2,5 R\$ por 100 kWh; e
- c) Bandeira Vermelha: utilizada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário - CVU da última central a ser despachada fosse igual ou superior ao valor máximo do PLD. Para o período de 1 de janeiro até 1 de março de 2015, o acréscimo proporcional ao consumo ascende a 3 R\$ por 100 kWh. A partir de 2 de março de 2015, o acréscimo proporcional ao consumo ascende de 5,5 R\$ por 100 kWh. A partir de 1º de setembro de 2015, conforme determinado pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.945 de 28 agosto de 2015, ocorreu a aprovação da redução do valor da bandeira vermelha para 4,50 R\$ por 100 kWh. Os recursos provenientes do sistema de Bandeiras Tarifárias acumulados em 2015 para a EDP Escelsa estão detalhados na tabela abaixo:

Bandeira Tarifária	Escelsa
Receita	282.496.308,29
Custo Mensal	-290.068.941,62
Repasse CCRBT*	15.808.186,48

* Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Revisões Tarifárias e Reajustes Tarifários

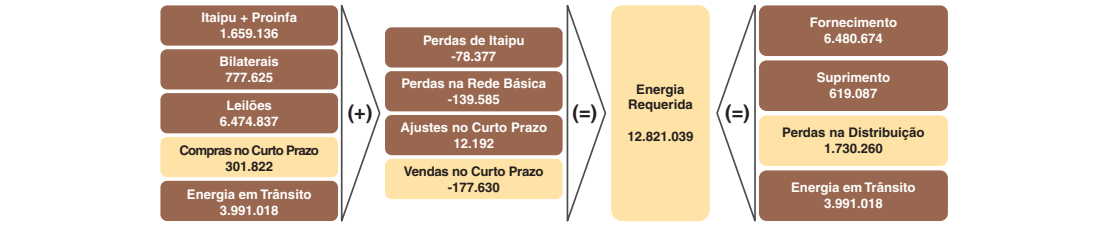
Em fevereiro, a ANEEL realizou processo de Revisão Tarifária Extraordinária - RTE de determinadas distribuidoras e definiu a metodologia aplicável. Os resultados das RTEs das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica estão divulgados na Resolução Homologatória nº 1.858. Para a EDP Escelsa a aplicação das novas tarifas, a partir de 2 de março, resultou num aumento médio em seus clientes de 26,83%.

Em agosto de 2015, a ANEEL homologou o Reajuste Tarifário Anual da EDP Escelsa, por meio da Resolução Homologatória nº 1.928. As tarifas foram aumentadas em média em 2,04%, sendo 1,68% em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de 2,29% em média para aqueles conectados em Baixa Tensão (BT).

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Balanco Energético (MWh)

O Balanco Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo.



Compra de Energia

A compra de energia em 2015 foi de 9.213,4 GWh, superior em 4,47% à de 2014. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do PROINFA representam 18%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 70,3%, os Contratos Bilaterais 8,4% e o Curto Prazo 3,3%.

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE ENERGIA DISTRIBUÍDA

A EDP Escelsa vendeu 7.099,8 GWh para os clientes cativos, suprimento e consumo próprio no período findo em 31 de dezembro de 2015, representando um crescimento de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 3.991,0 GWh no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, apresentando uma queda de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia distribuída pela EDP Escelsa apresentou um crescimento no volume em relação ao ano anterior de 0,9%, totalizando 11.090,8 GWh.

Energia Distribuída	MWh		Consumidores	
	2015	2014	2015	2014
Fornecimento				
Residencial	2.261.076	2.236.140	1.152.580	1.111.855
Industrial	1.102.846	1.210.714	11.856	11.973
Comercial	1.484.811	1.449.467	121.013	119.726
Rural	839.270	724.432	177.539	170.738
Outros ⁽¹⁾	784.534	695.622	13.162	11.571
Consumo próprio	8.137	8.259	209	202
Total Fornecimento	6.480.674	6.324.634	1.476.359	1.426.065
Suprimento	619.087	575.659	1	1
Total Fornecimento e suprimento	7.099.761	6.900.293	1.476.360	1.426.066
Disponibilização do Sistema de Distribuição	3.991.018	4.091.236	81	75
Total Energia Distribuída	11.090.779	10.991.529	1.476.441	1.426.414
Energia de curto prazo	177.630			
Total Energia Distribuída + Curto Prazo	11.268.409	10.991.529	1.476.441	1.426.414

(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público.

QUALIDADE

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacionais. Isso se deve principalmente aos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva realizadas nos ativos do sistema de distribuição. Os indicadores DEC e FEC, que se apresentam em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, sendo em 2015 registradas 9,07 horas e 5,08 interrupções, respectivamente.

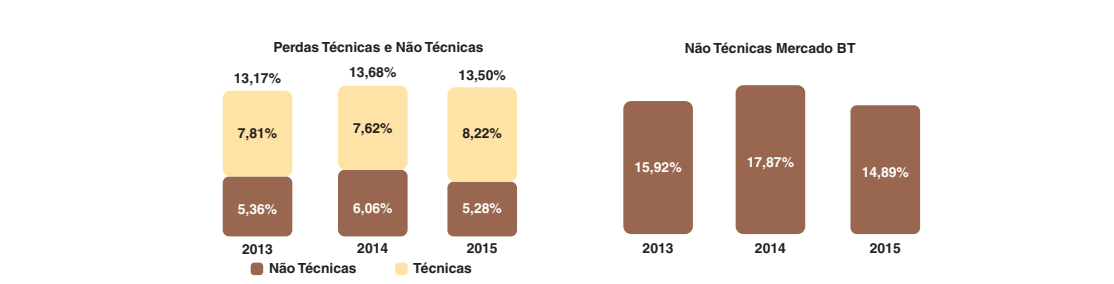
Indicador	Unidade		2013	2014	2015
DEC	Horas	Real	9,67	10,37	9,07
		Meta Aneel Regulatória	10,42	10,38	10,17
FEC	Veze	Real	5,78	6,44	5,08
		Meta Aneel Regulatória	8,13	8,11	7,85

DEC = Duração Equivalente de interrupções por Clientes (horas - média cliente/ano).

FEC = Frequência Equivalente de interrupções por Cliente (interrupções - média cliente/ano).

PERDAS TÉCNICAS E NÃO TÉCNICAS

As perdas totais em 2015 foram de 13,50%, redução de 0,19 p.p. em relação a 2014. As perdas técnicas aumentaram 0,60 p.p., passando de 7,62% para 8,22% e as perdas não técnicas fecharam o ano 0,78 p.p. abaixo de 2014, passando de 6,06% para 5,28%.



Combate Às Perdas Não Técnicas

O resultado das perdas não técnicas da EDP Escelsa de 2015 apresentou queda de 2,98 p.p. em relação ao ano anterior, com fechamento de 14,89% em relação ao mercado de baixa tensão. Este resultado representa o menor valor dos últimos 13 anos, influenciado pelo incremento das ações de combate às perdas no ano.

Em 2015, a estratégia de combate às perdas baseou-se na blindagem das maiores cargas através de monitoramento remoto e na recuperação de energia em unidades de alta complexidade social através da exteriorização de medição e programas de eficiência energética.

Desta forma, foram instalados 9.866 equipamentos de monitoramento remoto em unidades consumidoras com medição indireta/consumo relevante, atingindo 100% do mercado de unidades consumidoras com medição indireta. No mercado rural de irrigação foram substituídos/instalados 5.614 medidores que proporcionam até 73% de desconto em período pré-determinado, diminuindo assim a atratividade ao furto de energia.

Já nas áreas de alta complexidade social o projeto SMC BTZero foi implantado em 8.722 unidades consumidoras, tal projeto visa exteriorizar a medição de energia além de eliminar a rede de baixa tensão, extinguindo assim os pontos vulneráveis ao furto de energia. Também para áreas de alta complexidade social o projeto de regularização de unidades clandestinas denominado Agentes da Boa Energia contemplou 18.644 residências com a instalação de padrão de entrada, kit de ligação interna, substituição de lâmpadas incandescentes e negociação de débitos.

No ano de 2015 também teve grande representatividade o projeto de recontagem de pontos de iluminação pública, no qual foram atualizados ou inseridos 30.349 pontos nos municípios da área de concessão da EDP Escelsa.

Quanto às ações de fiscalização foram realizadas 118,7 mil inspeções de combate à fraude e 74.546 retiradas de ligações clandestinas.

PRINCIPAIS DADOS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Descrição	2015	2014	Varição %
Subestações			
Quantidade	89	89	0,0
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	3.667	3.559	3,0
Redes de Distribuição - Própria (Km)	62.196	61.410	1,3
AT (maior ou igual a 69 KV)	2.686	2.682	0,2
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	50.149	49.479	1,4
BT (menor que 1 kV)	9.361	9.218	1,6
Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)	103.773	98.916	4,9
Urbano	27.555	26.284	4,8
Rural	76.218	72.632	4,9
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	3.193	3.047	4,8
Urbano	1.924	1.864	3,2
Rural	1.269	1.183	7,3
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade	661.098	646.823	2,2

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

A EDP Escelsa mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos clientes permitindo maior interação com os mesmos, tais como: Call Center, internet (agência virtual), agências de atendimento presencial e agentes comerciais, bem como atendimento exclusivo para os grandes clientes, clientes corporativo, poderes públicos e Órgãos de Defesa do Consumidor. Além desses canais, há uma estrutura de Ouvidoria com Call Center dedicado, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, críticas e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com a Ouvidoria da ANEEL.

Para garantir um atendimento de qualidade, a EDP Escelsa conta com uma moderna Central de Atendimento Telefônico (Call Center), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Essa Central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e está estruturada para atendimentos comerciais e de emergência. Em 2015, foram 1,4 milhão de ligações atendidas por esse canal para se comunicar com a empresa.

Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a EDP Escelsa está presente nos Municípios da sua área de concessão com uma estrutura composta por 69 Agências de atendimento presencial que realizaram 1,2 milhão de atendimentos. Além destas agências, aproveitando a sinergia com a rede de arrecadadores, possui também 116 agentes comerciais distribuídos na área de concessão. Por meio destes canais e da internet, através da agência virtual, foram realizados 2,9 milhões de atendimentos.

Para os Grandes Clientes e Clientes Corporativos o mercado é segmentado de acordo com seus respectivos perfis, visando atender suas necessidades, facilitando o acesso e contribuindo para uma maior satisfação destes segmentos e de maior aproximação institucional. Os órgãos públicos também contam com uma estrutura de atendimento dedicada, com opção de atendimento telefônico, internet (agência virtual) e presencial, tornando mais ágil o processamento das demandas dos poderes públicos. As necessidades desses clientes são identificadas através de visitas periódicas aos órgãos, permitindo ainda a elaboração de projetos em parceria e o desenvolvimento de produtos e serviços específicos destinados a este segmento, contribuindo para um bom relacionamento institucional da concessionária com os órgãos públicos.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2014, foram iniciados 5 projetos de P&D, permanecendo assim 11 projetos em execução, com investimentos na ordem de R\$ 3,9 milhões. A EDP Escelsa destaca os projetos "Observatório do Consumidor e Opções Tarifárias", cujas avaliações qualitativas e quantitativas aplicadas no InovCity Espírito Santo (Domingos Martins e Marechal Floriano) e InovCity Aparecida trarão resultados significativos à respeito da percepção do cliente sobre as tendências tecnológicas oriundas das redes inteligentes, bem como a identificação da sensibilidade à variação do modelo tarifário (tarifa branca, pré-pagamento, bandeiras tarifárias, etc).

É importante frisar também, o ineditismo do P&D Laboratório de Smart Grids em desenvolvimento com a Universidade de São Paulo (USP). Este ambiente inovador trará dentre várias funcionalidades e testes, a implementação de um Emulador de Rede de Distribuição, aquisição de IEDs (Intelligent Electronic Devices) para automação, identificação de "FLISR" (Fault Location, Isolation, and Service Restoration), desenvolvimento de aplicação "Volt/Var" e algoritmos para alocação de reladores.

Os resultados obtidos nos projetos de P&D foram amplamente divulgados à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas.

Eficiência Energética

No ano de 2015, a EDP Escelsa investiu um total de R\$ 13,31 milhões. Deu sequência com o projeto "Agentes da Boa Energia", que atendeu 20.320 unidades consumidoras em bairros dos municípios do Espírito Santo, cadastrando-os no CadÚnico, para usufruto da tarifa social, realizou orientações financeira e de mudanças de hábitos de consumo, negociou dívidas de 18.644 clientes e doou 18.417 padrões de entrada, regularizando-os na EDP e introduziu equipamentos eficientes em substituição aos ineficientes, como 59.988 lâmpadas fluorescentes compactas e 2067 geladeiras. Promoveu ações de melhoria nos sistemas de iluminação de entidades beneficentes, como Montanha da Esperança, Cariacica, e o Hospital São Camilo de Aracruz, substituindo equipamentos de iluminação de baixo rendimento energético por outros econômicos a LED. Iniciou a execução de projeto integrado de eficiência energética, através de contrato de performance, da elaboração de projeto, montagem e instalação de retrofit do sistema de refrigeração de água gelada do Shopping Vitória. Por fim, realizou o projeto "Boa Energia nas Escolas" que levou conhecimento sobre o uso adequado e seguro da energia a 10 municípios, atendendo 1.139 professores de 247 escolas da rede pública de ensino, atingindo um total de 81.827 alunos. Foi doado a cada escola material didático para utilização dos alunos e, uma unidade móvel de ensino, "caminhão da boa energia", visitou essas escolas interagindo diretamente com os alunos através de experimentos científicos, jogos educativos, filme em 3D sobre os caminhos da energia e folders explicativos.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	2015	2014	Var. %
Receita operacional líquida	2.789.360	2.272.979	22,7
Receita com construção da infraestrutura	155.758	155.866	-0,1
Gastos não gerenciáveis	(2.080.699)	(1.506.820)	38,1
Energia comprada para revenda	(1.966.849)	(2.052.491)	-4,2
Ressarcimento CDE/CEEE/CONER	23.888	669.906	-96,4
Encargos de uso do sistema	(137.738)	(120.755)	14,1
Outros	-	(3.480)	-100,0
Margem Bruta	708.661	766.159	-7,5
Gastos gerenciáveis	(586.634)	(578.834)	1,3
Total do PMSO	(371.382)	(317.925)	16,8
Pessoal	(133.075)	(128.219)	3,8
Material	(10.079)	(11.742)	-14,2
Serviços de terceiros	(148.059)	(138.281)	7,1
Provisões	(54.714)	(24.830)	120,4
Outros	(25.455)	(14.853)	71,4
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(18.937)	(21.931)	-13,7
Valor justo do ativo financeiro indenizável	49.781	8.444	489,5
Custo com construção da infraestrutura	(155.758)	(155.866)	-0,1
EBITDA	368.123	434.747	-15,3
Margem EBITDA	13,2%	19,1%	-5,9 p.p.
Depreciação e amortização	(90.338)	(91.556)	-1,3
Resultado do serviço (EBIT)	277.785	343.191	-19,1
Resultado financeiro líquido	(111.332)	(80.337)	38,6
Receitas financeiras	104.360	80.264	30,0
Despesas financeiras	(215.692)	(160.601)	34,3
LAIR	166.453	262.854	-36,7
IR e Contribuição social	(39.664)	(81.279)	-51,2
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.184)	(5.918)	258,0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.480)	(75.361)	-75,5
Lucro líquido antes de minoritários	126.789	181.575	-30,2
Lucro líquido	126.789	181.575	(30,2)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

INVESTIMENTOS			
Foi realizado a título de investimento o valor de R\$ 156,3 milhões em 2015, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados, ficando 3,0% abaixo do mesmo período do ano anterior. No período os juros capitalizados representam R\$ 0,6 milhão do total. Os investimentos realizados foram destinados a obras estruturantes para o reforço do sistema elétrico, telecomunicações, informática, entre outros.			
Investimento - R\$ mil	2015	2014	Var. %
Expansão do Sistema Elétrico	123.075	144.527	-15
Melhoramento da Rede	49.388	44.861	10
Telecom, Informática e Outros	23.181	12.076	92
Subtotal ⁽¹⁾	195.644	201.464	-3
(-) Obrigações Especiais ⁽²⁾	(16.667)	(19.313)	-14
Investimento Líquido	178.978	182.152	-2
Receitas de Ultrapassagem	(22.616)	(20.905)	8
Variação do Imobilizado	156.362	161.247	-3

(1) Subtotal = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados.

(2) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos.

Novas regras instituídas com os procedimentos para revisão tarifária relativas à receita de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente (PRORET 2.7) reduz a Receita Operacional e quando do início do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, o valor acumulado nessa subconta receberá o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

ENDIVIDAMENTO			
Em 31 de dezembro de 2015, a EDP Escelsa apresentou um endividamento líquido de R\$ 595,9 milhões, 6,4% inferior a dezembro de 2014, devido amortizações de dívidas e melhora na geração de caixa operacional.			
Endividamento - R\$ mil	dez/15	dez/14	Var. %
Dívida Bruta ⁽¹⁾	824.721	866.510	(4,8)
Caixa e equivalentes de caixa	228.845	230.040	(0,5)
Dívida Líquida	595.876	636.470	(6,4)
Dívida Bruta/EBITDA (vezes)	2,24	1,99	12,4
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido (vezes)	0,62	0,70	(12,1)

(1) Dívida Bruta = Empréstimos, financiamentos e encargos das dívidas + Debêntures.

A dívida bruta da EDP Escelsa em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 824,7 milhões, sendo composta por R\$ 185,5 milhões (22,5%) em debêntures, R\$ 295,4 milhões (35,8%) junto ao BNDES, R\$ 40,2 milhões (4,9%) junto a Eletrobrás e R\$ 303,7 milhões (36,8%) com outras instituições financeiras.

GESTÃO DE PESSOAS	
Cultura EDP Tradicionalmente, a EDP Escelsa é uma empresa que busca a eficiência em seus negócios e processos, a antecipação de riscos e oportunidades e o cumprimento precoce de suas metas e objetivos. Nos últimos anos, a Companhia intensificou o cuidado com os seus ativos, desenvolveu projetos e planos de ações efetivos e concretizou uma estratégia clara e coerente de atuação. Agora, a Empresa quer ir além do que considera tangível e tratar de questões que refletem diretamente na cultura organizacional e na identidade corporativa da Companhia. O projeto Cultura EDP - nossa energia para cuidar sempre melhor - é o principal instrumento para atingir tal objetivo. Iniciado no fim de 2014, consiste na concepção de princípios que assegurem um bom ambiente de trabalho, estimulem a interação entre as pessoas, garantam a motivação dos colaboradores, valorizem o capital humano e gerem valor para os clientes e outros stakeholders. O desenvolvimento do projeto foi dividido em quatro etapas - criação, comunicação, disseminação e internalização dos Princípios. Cuidado com as pessoas Conforme tratado acima, 2015 foi um ano marcado pelo Projeto Cultura - nossa energia para cuidar sempre melhor. Para garantir excelência no cuidar de seus colaboradores, a EDP tem buscado estratégias e iniciativas que zelem por segurança, respeito, igualdade, reconhecimento, partilha de conhecimento, entre outros. O objetivo é proporcionar um clima organizacional positivo, com pessoas satisfeitas no trabalho, possibilitando equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Em 2015, a Companhia desenvolveu um novo modelo de avaliação por competências, visando adequar o processo às novas necessidades da empresa. Para viabilizar este processo, foi adquirido o sistema Success Factors, que foi nomeado internamente de About.me e teve como primeiro módulo implementado a Avaliação de Competências. Além disso, outros temas da área de Gestão de Pessoas serão contemplados, facilitando a interação com ferramentas de avaliação, recrutamento, carreira, remuneração, mobilidade, entre outro, em um ambiente amigável e que permite a visualização dos perfis de todos os colaboradores ativos. Para aprimorar o processo de integração de novos colaboradores, a área de Gestão de Pessoas criou o programa Padrinho EDP, no qual cada novo integrante é acompanhado por um companheiro de trabalho. O padrinho ajuda o novo colaborador a entender a rotina da Companhia, se apropriar dos princípios da Cultura EDP e conhecer os procedimentos e hábitos corporativos na fase de adaptação na Empresa.	

BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo		2015 (R\$ mil)			2014 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)		2.945.118			2.428.845		
Resultado operacional (RO)		166.453			262.854		
Folha de pagamento bruta (FPB)		108.577			99.003		
2 - Indicadores Sociais Internos		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		12.671,04	11,67%	0,43%	11.707,44	11,83%	0,48%
Encargos sociais compulsórios		24.481,70	22,55%	0,83%	24.257,31	24,50%	1,00%
Previdência privada		3.105,81	2,86%	0,11%	3.267,87	3,30%	0,13%
Saúde		8.427,54	7,76%	0,29%	9.505,68	9,60%	0,39%
Segurança e saúde no trabalho		682,39	0,63%	0,02%	593,83	0,60%	0,02%
Educação		49,88	0,05%	0,00%	116,90	0,12%	0,00%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
2 - Indicadores Sociais Internos		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Capacitação e desenvolvimento profissional		28,11	0,03%	0,00%	716,59	0,72%	0,03%
Creches ou auxílio-creche		352,18	0,32%	0,01%	333,43	0,34%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados		9.438,19	8,69%	0,32%	8.497,02	8,58%	0,35%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV		2.049,28	1,89%	0,07%	-	0,00%	0,00%
Outros		896,95	0,83%	0,03%	1.061,33	1,07%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos		62.183,09	57,27%	2,11%	60.057,40	60,66%	2,47%
3 - Indicadores Sociais Externos		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação		17,00	0,01%	0,00%	361,00	0,14%	0,01%
Cultura		505,00	0,30%	0,02%	269,00	0,10%	0,01%
Saúde e saneamento		11,00	0,01%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte		165,00	0,10%	0,01%	60,00	0,02%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros		241,00	0,14%	0,01%	169,00	0,06%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade		939,00	0,56%	0,03%	859,00	0,33%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)							
Total - Indicadores sociais externos							
4 - Indicadores Ambientais		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		3.996,63	2%	0%	6.944,99	2,64%	0,29%
Investimentos em programas e/ou projetos externos			0%	0%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		3.996,63	2%	0%	6.944,99	2,64%	0,29%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

() não possui metas

() cumpre de 0 a 50%

() cumpre de 51 a 75%

() cumpre de 76 a 100%

(x) não possui metas

() cumpre de 0 a 50%

() cumpre de 51 a 75%

() cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional		2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do período		973			972		
Nº de admissões durante o período		65			44		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		2.897			2.918		
Nº de estagiários(as)		41			52		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		ND			204		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		222			237		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		8%			8%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		44			230		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		1			ND		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		ND			29		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2015			2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		30,06%			21,86%		
Número total de acidentes de trabalho		17			8		

AUDITORES INDEPENDENTES	
Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC). A PwC iniciou a prestação de serviços em Abril de 2014. Em 2015, a PwC não prestou nenhum serviço relacionado à auditoria independente que superassem a política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à PwC.	
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, alterada pela CVM nº 552/14 declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo EDP, para o exercício de 2015, em conformidade com as normas contábeis brasileiras e internacionais aplicáveis.	

7 - Outras Informações	
N/A - Não Aplicável.	

AUDITORES INDEPENDENTES	
-------------------------	--

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em Abril de 2014, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A PwC iniciou a prestação de serviços em Abril de 2014. Em 2015, a PwC não prestou nenhum serviço relacionado à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
---------------------------	--

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, alterada pela CVM nº 552/14 declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

O quadro de pessoal próprio da EDP Escelsa, ao final de 2015, foi de 971 colaboradores e 2 colaboradores da alta direção em regime estatutário, totalizando 973. Adicionalmente contou com a participação de 2 conselheiros, 47 estagiários e 39 aprendizes. A taxa de rotatividade da EDP Escelsa em 2015 foi de 6,53%.

Diversidade - Igualdade na justiça e na diferença
Em 2015, a Companhia criou o Projeto de Diversidade, que desenvolve iniciativas em gestão de pessoas para fomentar a igualdade entre gêneros, nacionalidades, gerações e pessoas portadoras de necessidades especiais, com objetivos e metas claras para melhorias dos indicadores relacionados a estes temas.

Recrutamento e Seleção
Em 2015, a EDP lançou em âmbito global o Novo programa de mobilidade interna (SWITCH) para promover a mobilidade dos colaboradores entre áreas, empresas e geografias onde a EDP está presente, inclusive a EDP Escelsa. Entre os principais objetivos da iniciativa estão:

- Reforçar a cultura e a partilha de conhecimento, ao promover a interação entre colaboradores com experiências pessoais e profissionais distintas;
- Aumentar a satisfação e a produtividade;
- Valorizar o colaborador e reforçar as suas competências, para que possam assumir novos desafios e responsabilidades;
- Reduzir custos com recrutamento externo e minimizar riscos de integração.

Por meio do programa, o índice de mobilidade interna subiu de 24% em 2014 para 41% em 2015.

Clima Organizacional
Em 2015, a EDP Escelsa lançou um novo modelo da pesquisa, desenvolvida em parceria com a consultoria Hay Group. Os temas e perguntas foram definidas de acordo com as melhores práticas de mercado. O novo modelo foi 100% digital e abrangeu todos os níveis da empresa, o que aumenta o nível de confiabilidade das respostas e das futuras análises. A aplicação da pesquisa de clima foi realizada em outubro de 2015. Participaram 96% dos colaboradores da EDP, maior índice das últimas quatro edições da pesquisa.

Programa de Incentivo à Aposentadoria
Como forma de reconhecer os colaboradores que trabalharam durante muito tempo na EDP Escelsa, em 2015 foi criado o Plano de Incentivo à Aposentadoria. O objetivo é reconhecer financeiramente os colaboradores que desejam e irão se aposentar, com base nos anos trabalhados na empresa. Além disso, em 2016 estes colaboradores serão acompanhados pelo Programa Viver Bem, que possui workshops sobre os temas: orientações motivacionais; saúde financeira e relacionamento afetivo, familiar e amigos; tornando realidade "meu" projeto de vida; e depoimentos de outros profissionais.

Saúde
Os programas de saúde e qualidade de vida na EDP são desenvolvidos sob duas vertentes: Medicina Ocupacional e Qualidade de Vida. O primeiro está associado à prevenção de doenças decorrentes dos riscos ocupacionais aos quais os colaboradores estão expostos. O segundo busca promover ações de conscientização e prevenção, visando a manutenção e a melhoria da saúde de todos os colaboradores.

Segurança do Trabalho
Mais do que um conceito, segurança é uma questão de atitude na EDP Escelsa. A estratégia de gestão sustenta sua atuação em três princípios: Pessoas, Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e Processos.
Em relação à Segurança, a EDP Escelsa trabalha com duas vertentes:

- Colaboradores próprios, que visa desenvolver os colaboradores da EDP Escelsa a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.
- Prestadores de Serviço, baseado nos mesmos conceitos do PSC, que é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.

No ano de 2015 ocorreram cinco acidentes com afastamento na EDP Escelsa e as taxas de frequência e gravidade foram de 2,40 e 338 respectivamente. No mesmo ano, foram registrados 10 acidentes com prestadoras de serviços, e dois acidentes fatais e as taxas de frequência e gravidade de 2,10 e 2.177 respectivamente, seguindo a as premissas de cálculo da Portaria 3.214/78 - Norma Reguladora nº 5 da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

Iniciativas Preventivas
A EDP Escelsa realiza diversas iniciativas com o intuito de promover atitudes preventivas que priorizem o respeito à vida na execução das atividades operacionais e administrativas. Entre elas, estão: Rodeio dos Eletricistas; Diálogo de Segurança (DDS); Reuniões semanais; Inspeções de Segurança; Intervenções nas áreas Corporativas; Mega-Inspeções; e Segurança com a População.

SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL
--

Pelo 10º ano consecutivo, a EDP Escelsa contribuiu para manter o reconhecimento da EDP Energias do Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa).
A atuação da EDP Escelsa é norteada pelos Princípios de Desenvolvimento Sustentável e as orientações das Políticas de Inovabilidade e de Responsabilidade Social. Em 2014 para garantir a melhoria contínua no desempenho Socioambiental no índice (ISE) a EDP elaborou planos de ação junto às diferentes áreas, esses planos tiveram sua implementação iniciada durante o ano de 2015. As iniciativas foram continuadas e envolveram temas como gestão de resíduos, biodiversidade, certificações, gestão de fornecedores e relacionamento com a comunidade.
Além disso, a EDP Escelsa deu continuidade aos projetos de inovação, com destaque para a evolução do projeto InovCity nos municípios de Domingos Martins e Marechal Floriano, na região serrana do Estado. Cerca de 6 mil unidades consumidoras estão atendidas e o projeto envolve seis vertentes: medição inteligente, eficiência energética, mobilidade elétrica, iluminação pública eficiente, geração distribuída, educação energética e desenvolvimento social.
Em 2015 os investimentos socioculturais promovidos pela Companhia atingiram o valor de R\$ 939 mil, apoiaram projetos sociais com foco na educação, cultura, esporte e desenvolvimento local. Durante o ano de 2015 a EDP Escelsa Através do IEDP investiu em projetos, como, Bancos Comunitários e Moradia Digna, iniciativa possibilitou aos moradores do Morro de São Benedito, no Espírito Santo, o acesso ao microcrédito para reforma de suas moradias. O projeto teve como objetivo, ainda, promover a tecnologia social dos bancos comunitários e facilitar a vida das famílias com a adesão à tarifa social e à possibilidade de pagamento de fatura nos bancos locais.
O "Programa de Voluntariado da EDP", com participação dos colaboradores da EDP Escelsa, promoveu diversas ações de cidadania, beneficiando cerca de mil pessoas atendidas por organizações sociais. Destaque para os projetos "Desafio do Bem", "Parte de Nós Ambiente" e "Parte de Nós Natal". Essa atuação proporcionou a conquista pelo Selo Empresa Amiga da Criança.

Meio Ambiente
Em 2015, a EDP Escelsa passou por um processo de recertificação da norma ISO 14001 no Centro Operativo Carapina (COC) e em duas subestações Manguihos e Goiabeiras, e incluiu a subestação Itapua à no escopo da certificação.
Na EDP Escelsa, o impacto está relacionado à interação das redes e espécies arbóreas. Desta forma, a distribuidora possui um convênio de cooperação técnica com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF) para viabilizar os serviços de manutenção/construção no âmbito da limpeza das faixas de segurança das redes e linhas de distribuição em sua área de concessão no Estado do Espírito Santo.
Estas iniciativas em conjunto com as demais ações correntes de gestão ambiental das operações, nomeadamente de manutenção das condicionantes das licenças ambientais dos ativos da organização, compreendem investimentos de natureza ambiental da EDP Escelsa.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	228.845	230.040
Consumidores e concessionárias	6	680.991	471.864
Ativos financeiros setoriais	7	194.154	155.477
Impostos e contribuições sociais	8	26.286	30.258
Estoques		5.909	5.675
Cauções e depósitos vinculados	11	75	1.542
Outros créditos	12	120.592	104.726
Total do Ativo Circulante		1.256.852	999.582
Não circulante			
Consumidores e concessionárias	6	19.108	12.326
Ativos financeiros setoriais	7	69.814	94.550
Ativo financeiro indenizável	13.1	709.485	594.212
Impostos e contribuições sociais	8	22.123	19.288
Tributos diferidos	9	157.281	142.268
Cauções e depósitos vinculados	11	77.291	103.604
Outros créditos	12	656	1.768
		1.055.758	968.016
Propriedades para investimentos		910	910
Imobilizado		85	85
Intangível	13.2	847.138	870.528
		848.133	871.523
Total do Ativo Não circulante		1.903.891	1.839.539
TOTAL DO ATIVO		3.160.743	2.839.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)			
	Nota	2015	2014
Receitas			
21		2.945.118	2.426.845
Custo do serviço de energia elétrica			
22			
Custo com energia elétrica		(2.080.699)	(1.503.340)
Custo de operação		(312.071)	(305.976)
Custo do serviço prestado a terceiros		(157.446)	(159.279)
		(2.550.216)	(1.968.595)
		394.902	460.250
Lucro bruto			
Despesas e Receitas operacionais			
22			
Despesas com vendas		(36.254)	(11.490)
Despesas gerais e administrativas		(90.988)	(76.502)
Depreciações e amortizações		(2.163)	(681)
Outras despesas e receitas operacionais		12.288	(28.386)
		(117.117)	(117.059)
		277.785	343.191
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos			
Resultado financeiro			
23			
Receitas financeiras		104.360	80.264
Despesas financeiras		(215.692)	(160.601)
		(111.332)	(80.337)
		166.453	262.854
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(21.184)	(5.918)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(18.480)	(75.361)
		(39.664)	(81.279)
		126.789	181.575
Resultado líquido do exercício			
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
25			
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		21,57739	30,90106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
	2015	2014	
Geração do valor adicionado			
Receita operacional	5.396.850	3.445.814	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	5.224.060	3.283.443	
Receita de construção	(36.254)	(11.490)	
Outras receitas	155.758	155.866	
	53.286	17.995	
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custos da energia comprada	(2.689.887)	(2.020.704)	
Encargos de uso da rede elétrica	(2.137.602)	(1.513.434)	
Materiais	(151.426)	(132.755)	
Serviços de terceiros	(10.622)	(12.146)	
Custo com construção da infraestrutura	(153.088)	(141.924)	
Outros custos operacionais	(155.758)	(155.866)	
	(81.391)	(64.579)	
Valor adicionado bruto	2.706.963	1.425.110	
Retenções			
Depreciações e amortizações	(94.315)	(94.888)	
Valor adicionado líquido produzido	2.612.648	1.330.222	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	105.262	80.264	
Valor adicionado total a distribuir	2.717.910	1.410.486	
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	78.985	76.360	
Benefícios	23.106	24.756	
FGTS	12.145	7.771	
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	1.230.966	303.840	
Estaduais	1.027.678	647.470	
Municipais	1.173	996	
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	215.309	165.964	
Aluguéis	1.759	1.754	
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio	44.643		
Dividendos		42.053	
	2.635.764	1.270.964	
Lucros retidos	82.146	139.522	
	2.717.910	1.410.486	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)					
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2013					
Aumento de capital - AGO de 10/04/2014	376.022	101.035	439.253	(229.119)	-
Lucro líquido do exercício	67.793		(67.793)		-
Destinação do lucro					181.575
Constituição de reserva legal			9.079		(9.079)
Dividendos propostos					(42.053)
Lucros retidos a deliberar			126.161		(126.161)
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE			4.282		(4.282)
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				121.656	121.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(41.363)	(41.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	443.815	101.035	510.982	(148.826)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014					
	443.815	101.035	510.982	(148.826)	-
Aumento de capital - AGE 29/12/2015	206.757	(80.420)	(84.283)		42.054
Lucro líquido do exercício					126.789
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			6.339		(6.339)
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE			2.080		(2.080)
Dividendos intermediários (JSCP)					(44.643)
Lucros retidos a deliberar			73.727		(73.727)
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(98.511)	(98.511)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				33.493	33.493
Saldos em 31 de dezembro de 2015	650.572	20.615	508.845	(213.844)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1	Contexto operacional A Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Companhia ou EDP Escelsa), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Vitória - ES, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 001/1995 – ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que, dentro dos 41.241 km² da área de concessão, a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
2	Concessão As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes: Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, desmontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia. Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.
3	Base de preparação 3.1 Declaração de conformidade As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as <i>International Financial Reporting Standards</i> - IFRS, emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016. 3.2 Práticas contábeis As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. 3.3 Base de mensuração As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. 3.4 Uso de estimativa e julgamento Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.5); Ativos financeiros setoriais (Nota 7); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 13.1); Fornecimento não faturado (Nota 6); Transações realizadas no âmbito da CCEE (Notas 6 e 14.3); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 9); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.3); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 19.1); e Planos de benefícios pós-emprego (Nota 17).

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	14	424.494	384.438
Impostos e contribuições sociais	8	130.918	82.293
Tributos diferidos	9	14.564	12.619
Dividendos	20.3	37.946	42.053
Debêntures	15	9.102	7.634
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	123.129	400.442
Benefícios pós-emprego	17	27.594	20.814
Encargos Setoriais	18	116.126	47.515
Provisões	19	2.514	1.067
Outras contas a pagar	12	86.070	56.467
Total do Passivo circulante		972.457	1.055.342
Não circulante			
Fornecedores	14		1.854
Impostos e contribuições sociais	8	19.540	29.937
Tributos diferidos	9	6.458	8.300
Debêntures	15	176.368	176.250
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	516.122	282.184
Benefícios pós-emprego	17	429.313	323.397
Encargos Setoriais	18	8.473	428
Provisões	19	65.595	54.176
Outras contas a pagar	12	229	247
Total do Passivo Não circulante		1.222.098	876.773
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	650.572	443.815
Reservas de capital	20.4	20.615	101.035
Reservas de lucros	20.4	508.845	510.982
Outros resultados abrangentes	20.5	(213.844)	(148.826)
Total do Patrimônio líquido		966.188	907.000
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.160.743	2.839.121

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
	2015	2014	
Resultado líquido do exercício			
Outros resultados abrangentes	126.789	181.575	
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(98.511)	121.656	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.493	(41.363)	
Resultado abrangente do exercício	61.771	261.868	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	166.453	262.854
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	103	20.919
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	36.254	11.490
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(49.781)	(8.444)
Depreciações e amortizações	90.338	91.556
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	18.937	21.931
Ativos e passivos financeiros setoriais	(20.772)	(261.395)
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre	5.087	3.771
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	102.324	77.238
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	43.242	53.753
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	28.934	20.037
Provisão para licenças ambientais - atualização monetária	10	
Ajuste a valor presente	676	(599)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	21.169	15.347
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(5.627)	(3.970)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	3.487	(14.077)
Outros	96	(1.921)
	440.930	288.490
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(252.839)	(147.351)
Ativos financeiros setoriais	6.831	11.368
Impostos e contribuições sociais compensáveis	29.090	42.117
Cauções e depósitos vinculados	33.407	598
Outros ativos operacionais	(14.944)	(48.171)
	(198.455)	(141.439)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	33.115	103.086
Outros tributos e contribuições sociais	10.348	8.707
Benefícios pós-emprego	(29.055)	(28.561)
Encargos Setoriais	55.487	(14.510)
Provisões	(16.078)	(20.930)
Outros passivos operacionais	28.334	10.044
	82.151	57.836
Caixa proveniente das atividades operacionais	324.626	204.887
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.459)	(20.967)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	297.167	183.920
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Alienação (adição) de investimento		130
Adições ao Imobilizado e Intangível	(155.758)	(155.866)
Alienação de bens e direitos	2.112	1.066
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(153.646)	(154.670)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(34.764)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	339.324	484.590
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(320.944)	(322.568)
Pagamentos de encargos de dívidas	(163.096)	(61.148)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de financiamento	(144.716)	66.110
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.195)	95.360
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	228.845	230.040
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	230.040	134.680
	(1.195)	95.360

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Impostos e contribuições sociais

Ativo - compensáveis	Nota	Saldo em	Atualização	Compensação	Reclas-	Trans-	Saldo em
		31/12/2014	monetária	de tributos	sificação	ferência	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social		17.130	2.089	985	27.459	(17.258)	405
ICMS	8.1	22.113	6.330			(1.302)	27.141
PIS e COFINS		3	212.261	1	(130)	(2)	(212.075)
IRRF sobre aplicações financeiras		6.146	1.686				7.832
Outros		4.154	1		(403)		3.752
Total		49.546	222.367	986	27.459	(17.388)	- (234.561)
Circulante		30.258				(1.302)	26.286
Não circulante		19.288					22.123
Total		49.546					48.409
Passivo - a recolher	Nota	Saldo em	Atualização	Compensação	Reclas-	Trans-	Saldo em
		31/12/2014	monetária	de tributos	sificação	ferência	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social		-	21.184			(21.184)	-
ICMS		66.407	1.029.846	(1.004.920)			90.031
PIS e COFINS		10.652	476.535	(230.121)	(17.388)	(212.075)	27.603
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		584	15.156	(14.801)		735	1.674
IRRF sobre juros s/capital próprio		-	6.696				6.696
Parcelamentos	8.2	29.939		4.473	(14.873)		19.539
Encargos com pessoal		3.913	33.899	(35.959)		(49)	1.804
Outros		735	3.062		(686)		3.111
Total		112.230	1.586.378	4.473	(1.300.674)	(17.388)	- (234.561)
Circulante		82.293					130.918
Não circulante		29.937					19.540
Total		112.230					150.458

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

8.1 ICMS - Compensável

Do saldo a compensar de R\$27.141 (R\$22.113 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 8.657 (R\$6.464 em 31 de dezembro de 2014) são Circulante e R\$18.484 (R\$15.649 em 31 de dezembro de 2014) são Não circulante. Do montante total, R\$21.366 (R\$17.972 em 31 de dezembro de 2014) referem-se a créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

8.2 Parcelamentos

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV".

Parcelamentos - REFIS	Principal	Multa	Juros	Encargos	Total de Parcelamento	Conversão em Renda	Valor de adesão - REFIS
COFINS	2.925	585	2.681		6.191		6.191
CSLL	4.442	888	4.093	1.885	11.308	3.742	15.050
INSS	8.548	3.021	10.256	670	22.495	10.822	33.317
IRPJ/IRRF	4	1	8		13	5.257	5.270
Multa		223	192		415	190	605
	15.919	4.718	17.230	2.555	40.422	20.011	60.433
Redução Programa Refis							(11.578)
Utilização Base Negativa/Prejuízo Fiscal							(12.099)
Total							36.756

O saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$19.539 (R\$29.939 em 31 de dezembro de 2014) possui depósitos judiciais no montante de R\$44.248 (R\$71.460 em 31 de dezembro de 2014), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo e respectivo levantamento da diferença entre o depósito judicial atualizado e a obrigação. Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Em dezembro de 2015 houve a conversão em renda a favor da Companhia no valor de R\$17.284 e a favor da União no valor de R\$14.873 referente ao Processo nº 98.0003956-2, quitando os débitos relativos ao processo. A composição do parcelamento em 31 de dezembro de 2015 está sendo demonstrada a seguir:

Valor de adesão - REFIS	36.756
Atualização de Juros	2.715
Ativo a Compensar	3.640
Depósito Judicial a favor da Companhia	17.284
Conversão em Renda a favor da União	(14.873)
Amortização	(25.600)
Atualização de Refis	2.509
Reversão de atualização da conversão em renda	(2.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	19.539

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 20.3), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas (Despesas)	Operacionais
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Consumidores e concessionárias									
Ressarcimento por insuficiência de geração									
Porto do Pecém	Controle Comum		01/01/2012 a 31/12/2026	1.618	6.316	2.895		(2.238)	7.692
Uso do sistema de distribuição									
Energest	Controle Comum		01/08/2005 a 17/07/2025	589	530			6.656	5.877
Santa Fé	Controle Comum		23/03/2009 a 17/07/2025	23	23			274	281
				2.230	6.869	2.895	-	4.692	13.850
Outros créditos e Outras contas a pagar									
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL			2		95	177
Energest	Controle Comum					15		15	
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		29/07/2015 a 29/07/2019		3	2		134	70
Energest	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019		56	14			
EDP GRID	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019		1	1			
Santa Fé	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019		1	1			
EDP Renováveis	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019		18	18			
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019		1				
ECE Participações	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019		1				
Contrato de prestação de serviços									
EDP GRID	Controle Comum		01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	98	36	229	247
Fornecedores									
Suprimento de energia elétrica									
Enerpeixe	Controle Comum	216,64	23/12/2002 a 31/01/2016			10.428	11.784	(88.971)	(84.223)
Energest	Controle Comum	238,39	01/08/2001 a 17/07/2025			460	673	(5.086)	(4.814)
Energest	Controle Comum	238,39	01/11/2002 a 17/07/2025			2.182	3.196	(24.128)	(22.840)
Energest	Controle Comum	220,67	01/11/2007 a 17/07/2025			3.503	3.063	(29.453)	(27.454)
Energest	Controle Comum	138,22	01/01/2008 a 31/12/2015			38	42	(320)	(298)
Energest	Controle Comum	198,40	01/01/2008 a 31/12/2037			52	58	(441)	(411)
Energest	Controle Comum	209,67	01/01/2013 a 31/12/2041			1		(2)	
Lajeado	Controle Comum	179,53	01/01/2008 a 31/12/2037			3	4	(38)	(35)
Lajeado	Controle Comum	181,09	01/01/2009 a 31/12/2038			6	7	(69)	(64)
Lajeado	Controle Comum	168,63	01/01/2009 a 31/12/2038			27	29	(225)	(209)
Santa Fé	Controle Comum	210,57	01/01/2009 a 31/12/2038			42	47	(357)	(333)
Porto do Pecém	Controle Comum		01/01/2012 a 31/12/2026			3.048	2.778	(23.198)	(19.814)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2014 a 31/12/2014				275		
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/05/2014 a 31/12/2019			32	32	(336)	(278)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2015 a 30/06/2015					(2.612)	
ECE Participações	Controle Comum	141,14	01/01/2015 a 31/12/2044			481		(4.048)	
Ressarcimento por insuficiência de geração									
Porto do Pecém	Controle Comum		01/01/2012 a 31/12/2026			3.252		(1.754)	(5.563)
				2.230	6.869	2.993	36	23.555	21.988
				2.230	6.869	2.993	36	23.555	21.988

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:

a) **Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos:** A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013. O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e na Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura associada à anuência prévia, ficando o contrato atual vigente prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho nº 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as empresas: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Carapina - ES tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID e EDP Renováveis; e (iii) Filial Energest - MS tendo como Contratada a Energest e Contratantes a Pantanal. Estes contratos vigoraram de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o novo "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investgo; e (iii) Filial Energest - MS, tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal.

Em 29 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento a partir de agosto de 2015. Em 16 de Setembro de 2015, o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período Janeiro a Julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido encontra-se sob análise da ANEEL.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

10.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

10.2 Remuneração dos administradores

10.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

	2015				2014			
	Conselho de Administração	Proporção (%)	Diretoria Estatutária	Proporção (%)	Total	Proporção (%)	Total	Proporção (%)
Número de membros (i)	2,00(*)		4,08(**)		-		-	
Remuneração fixa (em R\$)	72.205	100%	2.212.244	78%	2.284.449	78%	2.391.291	79%
Salário ou pró-labore	58.080		1.624.499		1.682.579		1.749.700	
Benefícios diretos e indiretos (ii)	2.509		138.645		141.154		174.536	
Encargos sociais	11.616		449.100		460.716		467.055	
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	-	633.673	22%	633.673	22%	648.446	21%
Bônus	n/a		504.057		504.057		499.766	
Encargos sociais	n/a		129.616		129.616		148.680	
Valor Total da remuneração	72.205	100%	2.845.917	100%	2.918.122	100%	3.039.737	100%

(n/a) = Não Aplicável.

(*) Das 8 posições do Conselho de Administração, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$75.000,00 para o período de abril de 2015 até março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2015.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, 4 membros são remunerados, sendo que o Diretor Comercial acumula o cargo de Diretor Técnico e de Ambiente e o Diretor de Regulação acumula o cargo de Diretor de Gestão de Ativos e Administrativo. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$3.338.000,00 para o período de abril de 2015 até março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2015.

(i) O número de membros foi calculado em conformidade com o Ofício Circular/CVM/SEP/nº 02/2015, que corresponde a média anual dos membros remunerados. Esta média contempla a substituição de membros.

(ii) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Previdência Privada, Benefício de Risco, Vale Alimentação e Vale Refeição.

10.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

	2015		2014	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	2,00	4,08	2,00	6,00
Valor da maior remuneração individual	36.102	1.106.904	34.848	768.909
Valor da menor remuneração individual	36.102	539.005	34.848	259.200
Valor médio da remuneração individual	36.102	697.529	34.848	495.007

9 Tributos diferidos

Ativo	Nota	Saldo em	Atualização	Compensação	Reclas-	Trans-	Saldo em
		31/12/2014	monetária	de tributos	sificação	ferência	31/12/2015
PIS e COFINS		17.130	2.089	985	27.459	(17.258)	405
Imposto de renda e contribuição social		22.113	6.330			(1.302)	27.141
Total		49.546	222.367	986	27.459	(17.388)	- (234.561)

9.1 PIS e COFINS

O montante refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre receita relativa aos ativos financeiros setoriais.

9.2 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.2.1 Composição e base de cálculo

Ativo	Nota	Saldo em	Atualização	Compensação	Reclas-	Trans-	Saldo em
		31/12/2014	monetária	de tributos	sificação	ferência	31/12/2015

13 Ativo financeiro indenizável e Intangível

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

- Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

- Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

- Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado.

Os ativos de infraestrutura geridos por conta do Poder Concedente estão apresentados nos grupos de Ativo financeiro indenizável e Intangível (Notas 13.1 e 13.2), devido a implementação dos CPCs.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

13.1 Ativo financeiro indenizável

A Companhia apresenta saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada três anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no Contrato de concessão, atualizados pelo IGP-M até a data do balanço. Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão. Os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2014	Transferências do intangível	Valor Justo	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Ativo financeiro indenizável	594.212	72.553	49.781	(7.061)	709.485
	594.212	72.553	49.781	(7.061)	709.485

13.2 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no exercício para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 0,95%, que representa a taxa efetiva do empréstimo.

15 Debêntures

15.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	17.680	10	176.800	3ª emissão em 27/08/2014	27/08/2014 a 27/08/2020	Alongamento da dívida e capital de giro	CDI + 1,50% a.a.	Principal semestral a partir de 27/08/2018 e juros semestral
(-) Custos de emissão				(599)					Amortização mensal
Total									

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

As debêntures não possuem garantias.

	Valor líquido em 31/12/2014	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe-rências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2015
Circulante						
Juros	7.634	(23.954)	25.422			9.102
Custo de transação	-			(118)	118	-
	7.634	(23.954)	25.422	(118)	118	9.102
Não circulante						
Principal	176.800					176.800
Custo de transação	(550)			118		(432)
	176.250	-	-	118	-	176.368

15.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante

	Vencimento
Circulante	
2016	9.102
	9.102
Não Circulante	
2018	35.014
2019	70.653
2020	70.701
	176.368
Total	185.470

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias
Moeda nacional									
BNDES - BB/CALC	177.468	29/01/2009	155.228	17/02/2010 a 17/06/2019	Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (ii) menor ou igual a 3,5	4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa da EDP - Energias do Brasil; b.Depósito caucionado
(-) BNDES - CALC - Custos de transação	(205)	29/01/2009	(205)	17/02/2010 a 15/05/2017				Amortização mensal do custo de transação	
BNDES - FINEM	270.924	28/12/2014	240.023	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (ii) menor ou igual a 3,5	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., TR (iii) + 3,05% a.a. e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais.	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil
Eletrobrás Reluz - ECF 2481/05	1.230	30/09/2008	924	30/01/2012 a 30/12/2016	Programa Reluz - Município de Viana/ES		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx. adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.
Eletrobrás LPT - ECFS 031/04	30.968	21/05/2004	22.729	30/08/2006 a 30/07/2016	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx. adm.)	Principal e Juros mensais	Notas Promissórias
Eletrobrás LPT - ECFS 106/05	50.304	20/11/2005	37.114	30/05/2008 a 30/04/2018	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx. adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.
Eletrobrás LPT - ECFS 181/07	75.764	25/06/2007	44.821	30/04/2010 a 30/04/2020	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx. adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.
Eletrobrás LPT - ECFS 258/09	56.737	28/08/2009	20.687	30/01/2012 a 30/12/2021	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx. adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.
Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial	135.000	24/06/2010	135.000	29/11/2010 a 29/05/2015	Capital de Giro	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5	100% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final	
(-) Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial - Custos de Transação	(2.025)	24/06/2010	(2.025)	29/11/2010 a 29/05/2015	Capital de Giro			Custo	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário 21/00804-3	68.000	13/02/2013	68.000	13/02/2013 a 03/02/2015	Capital de Giro		105,5% e 98,5% do CDI	Principal e Juros em parcela única ao final do contrato	
(-) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário - Custos de Transação	1.273	13/02/2013	1.273	13/02/2013 a 03/02/2015				Amortização mensal do custo de transação	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	110.575	21/02/2014	110.575	21/02/2014 a 01/07/2015	Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária		101,15% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final	
(-) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário - Custos de Transação		21/02/2014		21/02/2014 a 01/07/2015					
Citibank N.A. - Cédula de Câmbio	200.000	08/05/2014	200.000	08/05/2014 a 14/05/2018	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5	85% do CDI + 1,0625%	Principal anual a partir de maio/2016 e Juros trimestrais	Nota Promissória
(-) Citibank N.A. - Cédula de Câmbio - Custos de Transação		08/05/2014	(719)	08/05/2014 a 14/05/2018					
Citibank N.A. - Cédula de Câmbio	100.000	29/05/2015	100.000	29/05/2015 a 29/05/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5	85% do CDI + 1,19%	Principal anual a partir de maio/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória
Total									

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.

(iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B).

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

13.2.1 Composição do intangível		31/12/2015				31/12/2014					
		Taxas anuais médias de		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
		Nota	amortização %				amortização %				
Direito de concessão - Infraestrutura		13.2.1.1									
Em serviço			4,02	2.040.110	(1.224.710)	815.400	3,97	1.984.928	(1.150.757)	834.171	
Em curso				31.738		31.738			36.357		36.357
Atividades não vinculadas à concessão											
Ágio na incorporação de sociedade controladora		13.2.1.2	7,08	103.963	(50.339)	53.624	7,08	103.964	(43.332)	60.632	
(-) Provisão para manutenção de dividendos			7,08	(103.963)	50.339	(53.624)	7,08	(103.964)	43.332	(60.632)	
			2.071.848	(1.224.710)	847.138		2.021.285	(1.150.757)	870.528		

13.2.1.1 Direitos de Concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

13.2.1.2 Ágio – Incorporação de sociedade controladora

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia, consequentemente foi reconhecido um Crédito fiscal (Nota 9.2.1.2).

13.2.2 Mutação do intangível

	Valor líquido em	Juros	Transferência	Transferência	Amorti-	Valor
	Nota	31/12/2014	capitalizados	para intangível	zações	líquido em
Intangível em serviço						
Direito de concessão - Infraestrutura		834.171		159.066	(72.553)	815.400
Total do Intangível em serviço		834.171	-	159.066	(72.553)	815.400
Intangível em curso						
Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	21.1	(29.294)	(22.616)			(51.910)
Outros intangíveis em curso		65.651	178.374	603	(159.066)	83.648
Total do Intangível em curso		36.357	155.758	603	(159.066)	81.738
Total Intangível		870.528	155.758	603	(72.553)	847.138

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo da concessão anualmente ou sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no Resultado.

14 Fornecedores

		Circulante	Não Circulante
	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento de energia elétrica	14.1	228.419	190.564
Energia livre	14.2	43.457	38.370
Encargos de uso da rede elétrica		15.596	17.643
Operações CCEE	14.3	87.310	84.776
Materiais e serviços		49.712	53.085
Total		424.494	384.438

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

14.1 Suprimento de energia elétrica

O aumento nos valores a pagar referentes a Suprimento de energia elétrica em 31 de dezembro de 2015 decorre, principalmente, do preço da energia adquirida de Itaipu que passou de US\$26,05 em 2014 para US\$38,07 em 2015, influenciado também pela taxa cambial do dólar de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 (R\$2,66 em 31 de dezembro de 2014).

14.2 Energia livre

A Energia livre refere-se a valores a pagar a geradoras de energia elétrica referente as perdas ocorridas no período de racionamento entre junho de 2001 a fevereiro de 2002, no qual ocorreu a comercialização de energia elétrica que não estava contratada. A Companhia passou a efetuar a restituição aos geradores a partir de fevereiro de 2003, com base nas regulamentações existentes a época.

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.

No Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal.

Tal liquidação deveria ter ocorrido até 30 de setembro de 2010. Com o objetivo de suspender o referido ato, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, representando as distribuidoras do país, dentre elas a Companhia, impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 91.2010.4.01.3400 - 15ª Vara Federal do Distrito Federal) com pedido de liminar que foi concedido.

Em 9 de maio de 2013, porém, foi proferida sentença julgando extinto o feito, sem resolução de mérito, pela inadequação da via eleita (Mandado de Segurança). Entretanto, os pagamentos por parte da Companhia permanecem suspensos, tendo em vista a interposição de recurso de apelação contra a referida sentença, à qual foi atribuída efeito suspensivo (suspensos, portanto, os efeitos da sentença desfavorável às distribuidoras).

Por oportuno, importante salientar que as distribuidoras, paralelamente, ajuizaram ação ordinária com o mesmo objetivo do Mandado de Segurança, porém tal demanda também foi extinta, sob o argumento de que já havia outro feito com as mesmas partes, mesmo pedido e mesmos fundamentos de fato e de direito (litispendência). Em face de tal decisão, também foi interposto recurso de Apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual pende de julgamento.

O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício de 2015 o valor de R\$5.087 (R\$3.771 em 2014) em contrapartida a despesa financeira (Nota 2.3).

14.3 Operações CCEE

O saldo refere-se às transações de energia comercializada e encargos no âmbito da CCEE.

	31/12/2015			31/12/2014		
	Encargos	Principal	Não	Encargos	Principal	Não
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
A emissão de Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.						
As principais cláusulas prevendo a rescisão, no contrato vigente, estão descritas abaixo:						
(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 2 dias úteis contados da data do inadimplemento;	9.102	176.800	185.902	7.634	176.800	184.434
(ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5. O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais";	(432)	(432)	(432)	(550)	(550)	(550)
(iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;	9.102	176.368	185.470	7.634	176.250	183.884
(iv) falência formulada pela Emissora;						
(v) decretação de falência da Emissora, pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou aut falência formulado pela Emissora;						
(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;						
(vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica; e						
(viii) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que o valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia no respectivo contrato.						
Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.						

A emissão de Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão, no contrato vigente, estão descritas abaixo:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 2 dias úteis contados da data do inadimplemento;

(ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5. O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais";

(iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;

(iv) falência formulada pela Emissora;

(v) decretação de falência da Emissora, pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou aut falência formulado pela Emissora;

(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica; e

(viii) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que o valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia no respectivo contrato.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

Forma de pagamento		Garantias	31/12/2015							31/12/2014	
			Encargos		Principal		Encargos		Principal		Total
			Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante		
	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa da EDP - Energias do Brasil; b.Depósito caucionado	138		26.404	15.750	42.292	207	26.330	42.034	68.571
Amortização mensal do custo de transação					(7)		(7)		(15)	(8)	(23)
Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais.			1.283	6.061	12.660	233.068	253.072				
Principal e Juros mensais					201		201		201	200	401
Principal e Juros mensais					1.364		1.364		2.339	1.364	3.703
Principal e Juros mensais					3.752	5.002	8.754		3.752	8.754	12.506
Principal e Juros mensais					4.529	15.098	19.627		4.529	19.627	24.156
Principal e Juros mensais					1.702	8.509	10.211		1.702	10.213	11.915
Principal e Juros em parcela única no final							-	54.397	103.500		157.897
Custo							-		(147)		(147)
Principal e Juros em parcela única ao final do contrato							-	13.027	68.000		81.027
Amortização mensal do custo de transação							-		(103)		(103)
Principal e Juros em parcela única no final							-	10.348	110.575		120.923
							-		(855)		(855)
Principal anual a partir de maio/2016 e Juros trimestrais			3.346		66.666	133.334	203.346	2.655		200.000	202.655
						(700)	(700)				
Principal anual a partir de maio/2018 e Juros trimestrais			1.091			100.000	101.091				
			5.858	6.061	117.271	510.061	639.251	80.634	319.808	282.184	682.622

NOTAS EXPLICATIVAS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício								
	Valor líquido em		Juros provisio-	Transfe-	Amortização do custo de	Varição monetária	Valor líquido em	
	31/12/2014	Ingressos	pagamentos	rências	transação		31/12/2015	
Circulante								
Principal	320.928		(320.944)	117.212		82	117.278	
Juros	80.634		(139.142)	64.366			5.858	
Custo de transação	(1.120)			(7)	1.120		(7)	
	400.442	-	(460.086)	64.366	117.205	1.120	82	123.129
Não circulante								
Principal	282.192	340.024		(117.212)		5.758	510.762	
Juros	-		5.870			191	6.061	
Custo de transação	(8)	(700)		7			(701)	
	282.184	339.324	-	5.870	(117.205)	-	5.949	516.122

16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)								
Vencimento	Nacional							
Circulante								
2016							123.129	
							123.129	
Não circulante								
2017							129.918	
2018							163.185	
2019							93.326	
2020							39.197	
2021 até 2025							90.496	
							516.122	
Total							639.251	

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo à Aposentadoria e outros benefícios a aposentados. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para a mensuração dos planos do tipo benefício definido, a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA	17.2	982	885	801	988
Assistência médica e seguro de vida	17.2	26.504	19.836	428.512	322.409
Contribuição definida	17.1.2	108	93		
		27.594	20.814	429.313	323.397

17.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão
 São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

17.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável
 • Plano Escelsos I estruturado na modalidade de Benefício definido: O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.
 • Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável: O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a Companhia.

17.1.1.1 Avaliação atuarial
 Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições do plano ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos sejam diferentes da rentabilidade da NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazos, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2015 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário.

A seguir demonstramos a movimentação do exercício para os Planos I e II reconhecidos no Balanço patrimonial:

	2015				2014			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(180.332)	296.353	(116.963)	717	(180.266)	284.873	(104.607)	1.638
Custo do serviço corrente	(86)			(86)	116			116
Custo dos juros	23 (21.415)	35.574	(14.204)	(45)	(20.767)	33.369	(12.356)	246
Ganhos/(perdas) atuariais	(10.394)	(21.004)	31.353	(45)	(2.238)	84		(2.154)
Contribuições pagas pela Companhia		17		17		850		850
Contribuições pagas pelos empregados	15	(15)			(70)	70		
Benefícios pagos pelo plano	25.920	(25.920)			22.893	(22.893)		
Mudança na recuperação do superávit								21
Saldo final reconhecido	(186.292)	285.005	(99.814)	558	(180.332)	296.353	(116.963)	717

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia registrou o ativo decorrente de superávit atuarial do Plano I de R\$22. Com relação ao superávit atuarial apurado para o Plano II, a Companhia registrou como ativo o valor presente de R\$536 da redução de futuras contribuições, conforme autorizado pela PREVIC por meio da Portaria nº 664/2013.

A destinação do Superávit atuarial atribuído à Companhia, calculado pela EnerPrev e aprovado pela PREVIC, ocorre nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008. O abatimento das contribuições normais ao Plano será por um período estimado de aproximadamente 93 meses, tendo iniciado em abril/2014. Durante esse período, a cobrança da contribuição normal da Companhia está suspensa.

A EnerPrev interromperá imediatamente o abatimento das contribuições normais da Companhia se, a qualquer momento, constatar que o valor da Reserva de Contingência for inferior a 25% do valor das Reservas Matemáticas do Plano. Neste caso, será revertido parcial ou totalmente o saldo da Reserva Especial para recompor a Reserva de Contingência ao patamar de 25% das Reservas Matemáticas.

Os vencimentos do plano de benefício, calculado na avaliação atuarial, considera o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Plano I	Plano II
Circulante		
2016	11.249	5.648
	11.249	5.648
Não circulante		
2017	11.634	5.948
2018	12.013	6.254
2019	12.380	6.568
2020	12.730	6.886
2021 a 2025	68.124	39.289
	116.881	64.945
Total	128.130	70.593

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado ativo	31/12/2015	31/12/2014
Títulos de dívida	Cotado	94,12%	88,67%
Ações	Cotado	4,40%	10,07%
Imóveis	Cotado	0,72%	0,42%
Outros	Não cotado	0,76%	0,84%
Total		100,00%	100,00%

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2015		2014	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Participantes ativos	1	568	1	621
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos		19		22
Aposentados e pensionistas	699	222	703	219
	699	241	703	241
Total	700	809	704	862

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha.

Análise de sensibilidade	Valores Plano I	Valores Plano II
Pressupostos Centrais	108.570	83.753
Taxa de desconto		
Aumento na taxa de desconto em 0,5%	(3.545)	(2.548)
Redução na taxa de desconto em 0,5%	3.786	2.751
Mortalidade		
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	2.352	861

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	2015		2014	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	12,75% a.a.	12,75% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,82%	7,82%	6,34%	6,34%
Crescimento dos planos de benefícios	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Inflação	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Muller	Muller	Muller	Muller

Os efeitos da revisão da avaliação atuarial reconhecidos no resultado e em Outros resultados abrangentes são:

	Nota	2015	2014
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		160	(116)
Custo dos juros		45	(246)
Contribuições esperadas dos empregados	(74)		
Mudança na recuperação do superávit			(21)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		131	(383)
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		21.004	(84)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas demográficas			(640)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		16.753	1.497
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		(6.359)	1.381
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	20.5	(31.353)	
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em Outros resultados abrangentes		45	2.154
Total		176	1.771

Para estes planos o saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.452 (R\$ 1.422 em 31 de dezembro de 2014), registrados em contrapartida de Outros resultados abrangentes.

17.1.2 Contribuição definida

A Companhia oferece 2 planos de contribuição definida:

(i) Plano administrado pela EnerPrev, sendo que os colaboradores realizam contribuições básicas de até 5% do salário mensal, e a empresa aporta 100% desse valor como contribuição normal. Os colaboradores também podem optar pela contribuição voluntária de até 5% do salário mensal, sem o aporte da patrocinadora.

(ii) Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) aberto e administrado pelo Bradesco Vida e Previdência sendo que o colaborador pode contribuir com até 2% do salário mensal, e a empresa aporta 100% desse valor como contribuição normal. O participante também pode optar pela contribuição voluntária de até 2% do salário mensal, sem aporte da patrocinadora.

Para ambos os planos a adesão não é obrigatória e, caso haja interesse, o colaborador deve se manifestar. Adicionalmente estes planos não geram qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$959 (R\$862 em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 esses planos têm a adesão de 375 colaboradores (328 em 31 de dezembro de 2014).

17.2 Auxílio incentivo à aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA: Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados: Cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

17.2.1 Avaliação atuarial

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2015 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido. Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

A seguir demonstramos a movimentação do exercício no Balanço patrimonial:

		2015		2014	
	Nota	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido		(344.118)	(344.118)	(440.625)	(440.625)
Custo do serviço corrente		(2.069)	(2.069)	(2.739)	(2.739)
Custo dos juros	23	(41.041)	(41.041)	(51.397)	(51.397)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL		(98.466)	(98.466)	123.810	123.810
Benefícios pagos pela Companhia		28.895	28.895	26.833	26.833
Saldo final reconhecido		(456.799)	(456.799)	(344.118)	(344.118)

A perda atuarial de R\$98.466 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro 2015, foi decorrente, principalmente, da revisão das premissas econômicas e demográficas e alteração na metodologia que passou a calcular o custo médio anual de assistência médica apenas com a população de aposentados, uma vez que esse grupo apresenta um número significativo de pessoas. Para estes planos o saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$212.392 (R\$147.404 em 31 de dezembro de 2014).

As contribuições esperadas da Companhia para estes benefícios para o exercício de 2016 são de R\$27.486.

Os vencimentos do plano de benefício, calculado na avaliação atuarial, considera o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Assistência médica e Seguro de vida	AIA
Circulante		
2016	26.504	982
	26.504	982
Não circulante		
2017	29.234	143
2018	32.299	306
2019	35.445	168
2020	38.932	237
2021 a 2025	256.858	400
	392.768	1.254
Total	419.272	2.236

Total
 A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado e ganhos e perdas atuariais reconhecida em Outros resultados abrangentes em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2015	2014
Custo do serviço		
Custo do serviço corrente	2.069	2.739
Custo dos juros	41.041	51.397
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	43.110	54.136
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido		
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	89.656	(135.226)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	8.810	11.416
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	98.466	(123.810)
Total	141.576	(69.674)

O número de participantes considerados na avaliação atuarial estão resumidos abaixo:

	2015			2014		
	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)	Assistência Médica	Seguro de Vida	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)	Assistência Médica	Seguro de Vida
Participantes ativos	39	412		42	464	
Participantes assistidos						
Dependentes		1.381			1.337	
Aposentados e pensionistas		1.187	1.184		1.147	1.157
	-	2.568	1.184	-	2.484	1.157
Total	39	2.980	1.184	42	2.948	1.157

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha.

Análise de sensibilidade	Auxílio Incentivo à Aposentadoria	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposentados	Seguro de Vida
Pressupostos Centrais	1.749	408.167	3.083	45.154
Taxa de desconto				

